



Demonstrações Contábeis **Em 31 de Março de 2021**

DAP/SUFI/DEGC
MARÇO/2021

Sumário

Balanco Patrimonial – Ativo	3
Balanco Patrimonial – Passivo e Patrimônio Líquido	4
Demonstração do Resultado – DRE	5
Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC.....	6
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL	7
NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL.....	8
1.1) Impactos da COVID.....	8
NOTA 2 – BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	9
NOTA 3 – MOEDA FUNCIONAL	9
NOTA 4 – USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS	9
NOTA 5 – DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS	9
NOTA 6 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	11
6.1) Aplicações Financeiras	11
6.2) Bloqueios Judiciais.....	12
NOTA 7 – CLIENTES.....	12
7.1) Valores a Receber – Circulante.....	12
7.2) Valores a Receber – Não Circulante.....	12
7.3) Idade do Saldo de Contas a Receber.....	13
7.4) Principais Contratos	13
7.5) Encargos sobre Faturas Recebidas com Atraso.....	14
NOTA 8 – TRIBUTOS A RECUPERAR	15
NOTA 9 – VALORES RECUPERÁVEIS	15
NOTA 10 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES	15
NOTA 11 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS – ATIVOS.....	16
NOTA 12 – ADOÇÃO DO DIFERIMENTO DE RECEITAS SOBRE SERVIÇOS PRESTADOS A ÓRGÃOS PÚBLICOS E IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DIFERIDOS – PASSIVOS	17
NOTA 13 – DEPÓSITOS JUDICIAIS	17
NOTA 14 – IMOBILIZADO.....	18
NOTA 15 – INTANGÍVEL	19
NOTA 16 – FORNECEDORES.....	20
NOTA 17 – PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS	20
17.1) Provisão para Contingências Trabalhistas	20
17.2) Provisão para Contingências Fiscais e Cíveis	22
NOTA 18 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	23
18.1) Capital Social.....	23
18.2) Saldos do Patrimônio Líquido.....	24
NOTA 19 – RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.....	24
NOTA 20 – RESULTADO DO EXERCÍCIO	25
20.1) Custos e Despesas por Natureza	25
20.2) Resultado Financeiro.....	26
20.3) Outras Receitas (Despesas) Operacionais.....	27
20.4) Lucro Líquido	27
NOTA 21 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	27
21.1) Contratos de Imóveis – SERPRO e SPU.....	28
21.2) Remuneração aos Dirigentes e Empregados.....	29
21.3) Sociedade de Previdência Complementar da DATAPREV – PREVDATA	30
21.4) Transação com Entidades Governamentais – FINAME.....	30
21.5) Telecomunicações Brasileiras S.A. – TELEBRÁS	30
NOTA 22 – PROGRAMA DE PRIVACIDADE	30
NOTA 23 – PRESSUPOSTO DE CONTINUIDADE	31

Balanço Patrimonial – Ativo



EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA - DATAPREV
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE MARÇO DE 2021 COMPARATIVO COM 2020

(Em milhares de R\$)

ATIVO			
	NOTA	31/03/2021	31/12/2020
ATIVO CIRCULANTE			
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	06	1.097.868	1.071.390
CLIENTES	07	279.991	200.374
ESTOQUES		75	68
OUTROS CRÉDITOS			
Adiantamentos a Empregados		20.161	6.348
Adiantamentos a Terceiros		129	156
Contas a Receber de Convênios		225	227
Tributos a Recuperar	08	28.743	28.145
Valores Recuperáveis	09	10.759	6.049
TOTAL DE OUTROS CRÉDITOS		60.017	40.926
DESPESAS DE EXERCÍCIOS SEGUINTE		25	2.312
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		1.437.976	1.315.070
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			
Provisão Imposto de Renda Diferido	11	56.512	58.747
Provisão Contribuição Social Diferida	11	20.347	21.157
Depósitos Judiciais	13	14.677	16.438
Títulos e Valores Mobiliários		120	120
Valores a Receber	07	349.691	342.610
TOTAL DO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		441.347	439.073
IMOBILIZADO E INTANGÍVEL			
Imobilizado	14	263.742	277.101
Intangível	15	93.751	102.756
TOTAL DE IMOBILIZADO E INTANGÍVEL		357.492	379.856
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		798.839	818.928
TOTAL DO ATIVO		2.236.815	2.133.999

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Balanço Patrimonial – Passivo e Patrimônio Líquido



EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA - DATAPREV
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE MARÇO DE 2021 COMPARATIVO COM 2020

(Em milhares de R\$)

PASSIVO

	NOTA	31/03/2021	31/12/2020
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores	16	98.182	104.817
Empréstimos e Financiamentos		-	554
Contas a Pagar		1.894	2.002
Salários e Encargos		16.063	18.713
Provisão para Encargos Trabalhistas		109.351	95.760
Provisão para Litígios Trabalhistas	17	115.760	120.792
Provisão para Litígios Cíveis	17	22.866	22.592
Impostos e Taxas a Recolher		41.199	41.514
Obrigações Atuariais		11.705	13.991
Juros S/ Capital Próprio e Dividendos Propostos		189.791	188.884
Provisão para Participação nos Resultados		22.549	22.455
Outras Obrigações		9.300	15.118
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE		638.660	647.194
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos	12	79.480	53.349
Provisão para Litígios Fiscais	17	1.390	4.038
Obrigações Atuariais		800	772
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE		81.670	58.159
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE		720.330	705.352
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital Social	18	950.000	950.000
Reservas de Lucros		478.647	478.647
Resultado do Exercício		87.839	
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.516.485	1.428.647
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.236.815	2.133.999

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Demonstração do Resultado – DRE



EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA - DATAPREV			
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO			
(Em milhares de R\$)			
FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2021, COMPARATIVO COM 2020			
	NOTA	31/03/2021	31/03/2020
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		361.134	332.176
Custos dos Serviços Prestados		(191.366)	(210.446)
LUCRO BRUTO		169.767	121.730
DESPESAS OPERACIONAIS		(50.468)	(63.268)
Honorários da Diretoria		(685)	(592)
Despesas Estruturais		(49.783)	(62.676)
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		5.186	628
Outras Receitas Operacionais		7.337	5.856
Outras Despesas Operacionais		(2.151)	(5.228)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		124.485	59.090
RESULTADO FINANCEIRO		8.144	15.009
Receitas Financeiras		9.717	16.399
Despesas Financeiras		(1.573)	(1.390)
LUCRO OPERACIONAL		132.630	74.099
OUTROS RESULTADOS		-	(2)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		132.630	74.097
Provisão para Contribuição Social Corrente	10	(7.065)	(4.322)
Provisão para Contribuição Social Diferida		(4.927)	(1.955)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA		120.638	67.820
Provisão para Imposto de Renda Corrente	10	(19.114)	(11.648)
Provisão para Imposto de Renda Diferido		(13.686)	(5.432)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	20	87.839	50.740

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC



EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA - DATAPREV		
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA		
(Em milhares de R\$)		
EM 31 DE MARÇO DE 2021 COMPARATIVO COM 2020		
	31/03/2021	31/03/2020
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro Líquido do Exercício	87.839	50.740
Imposto de renda e contribuições diferidos	9.291	7.387
Depreciações / Amortizações	23.516	24.829
Provisões Constituídas	1.663	3.536
Atualização do déficit técnico contratado	28	313
Resultado das baixas do imobilizado	-	2
Reversão de provisões	(2.211)	(1.310)
Baixa de valores irrecuperáveis	4	458
Outros	(99)	1.106
REDUÇÃO (AUMENTO) DE ATIVOS	(101.752)	(69.273)
Contas a receber de clientes	(79.619)	(56.346)
Estoques	(6)	4
Adiantamentos a receber de empregados	(13.813)	(12.963)
Adiantamentos a terceiros	26	253
Contas a receber convênios	3	-
Impostos a recuperar	(599)	(426)
Valores recuperáveis	(4.711)	(679)
Despesas antecipadas	2.287	3.220
Depósitos judiciais (Não Circulante)	1.762	(157)
Valores a receber (Não Circulante)	(634)	(615)
Faturas a Receber (Não Circulante)	(6.447)	(1.564)
AUMENTO (REDUÇÃO) DE PASSIVOS	9.807	(7.152)
Fornecedores	(6.635)	(6.994)
Contas a pagar	(108)	53
Salários e encargos	(2.651)	(2.373)
Empréstimos e financiamentos	-	(1.108)
Impostos e taxas a recolher	(315)	(6.160)
Outras Obrigações	(5.819)	(5.531)
Juros s/ capital próprio e dividendos	907	355
Provisão para participação no resultado (PPLR)	94	42
Déficit Atuarial (Circulante)	(2.286)	(3.047)
Provisão Reclamações Trabalhistas (Circulante)	(4.868)	(2.462)
Provisão p/ encargos trabalhistas	13.591	12.936
Contribuições Sociais Diferidas	19.886	7.139
Provisão p/ litígios fiscais	(1.989)	-
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	28.085	10.637
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de Imobilizado	(1.015)	(2.010)
Aquisição de Intangível	(38)	(2.043)
Venda de Imobilizado	-	-
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(1.052)	(4.053)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Empréstimos de Longo Prazo	(554)	(554)
Juros Sobre Capital Próprio e Dividendos Propostos	-	-
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(554)	(554)
(Aumento) redução DAS DISPONIBILIDADES	26.478	6.029
SALDO DAS DISPONIBILIDADES		
No início do exercício	1.071.390	805.027
No fim do exercício	1.097.868	811.056
(Aumento) redução DAS DISPONIBILIDADES	26.478	6.029

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL



EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA - DATAPREV
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de R\$)

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2021, COMPARATIVO COM 2020

		Reserva de Lucros			
	Capital Social Realizado	Reserva Legal	Reserva de Retenção de Lucros	Lucros Prejuízos Acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	950.000	84.094	318.337	-	1.352.431
Lucro Líquido do Exercício				265.101	265.101
Apropriações do lucro líquido em reservas		13.255	62.961	(76.216)	
Juros Sobre Capital Próprio				(65.903)	(65.903)
Dividendos Propostos				(122.982)	(122.982)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	950.000	97.349	381.298	-	1.428.647
Lucro Líquido do Exercício				87.839	87.839
Apropriações do lucro líquido em reservas					
Juros Sobre Capital Próprio					
Dividendos Propostos					
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2021	950.000	97.349	381.298	-	1.516.485

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

**EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA
DATAPREV S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS EM 31 DE MARÇO DE 2021**

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência – DATAPREV S.A., Empresa Pública sob a forma de sociedade por ações de capital fechado, vinculada ao Ministério da Economia, com patrimônio próprio, autonomia administrativa e financeira, é regida pela Lei nº 6.125, de 4 de novembro de 1974, pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, pelo Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, pelo Estatuto Social aprovado em 11 de fevereiro de 2021 na 16ª Assembleia Geral Extraordinária e demais legislações aplicáveis.

A DATAPREV tem sede e foro em Brasília, Distrito Federal, prazo de duração indeterminado, podendo estabelecer dependências administrativas e operacionais onde julgar necessárias ao bom desempenho de suas finalidades.

A DATAPREV tem por objetivo a análise de sistemas, a programação e execução de serviços de tratamento na informação e o processamento de dados através de computação eletrônica, bem como a prestação de outros serviços correlatos, sem prejuízo de suas atividades principais e em harmonia com a política governamental, poderá prestar serviços a terceiros.

Sua visão é ser referência mundial em soluções digitais de governo.

1.1) Impactos da COVID

A DATAPREV está entre os principais parceiros do governo federal e participa efetivamente na implantação de soluções dos auxílios emergenciais concedidos a pessoas em 2021. No âmbito interno foram realizadas ações pela Empresa a fim de preservar a saúde de seus colaboradores de acordo com a Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Sars-Cov-2 (COVID-19 coronavírus).

Em conformidade com o OFÍCIO CIRCULAR SEI nº 825/2020/ME, de 13 de março de 2020, emitido pelo Ministério da Economia, no qual constam recomendações a serem adotadas em relação ao risco de propagação do Sars-Cov-2 cuja situação demanda a adoção de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde dos empregados, a fim de evitar a disseminação da COVID-19, a DATAPREV criou um Comitê de Crise, constituído por empregados de diversas áreas, para implantar medidas a fim de preservar e assegurar a saúde dos seus empregados. Neste sentido, foi adotado o regime de teletrabalho, cancelamentos de eventos presenciais e redução de viagens, utilizando tecnologias de teleconferência e videoconferência para reuniões internas e externas.

Importante destacar que a Empresa manteve suas operações em níveis estáveis apesar do impacto da pandemia na economia e atuou na implementação de políticas sociais do governo federal que trouxeram resultados positivos para a Empresa.

NOTA 2 – BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Estas informações contábeis intermediárias são apresentadas com as alterações relevantes ocorridas no período, sem a repetição de determinadas notas explicativas previamente divulgadas, e consideram as informações consolidadas, que no entendimento da administração proporcionam uma visão abrangente da posição patrimonial e financeira da companhia e do desempenho de suas operações, complementadas por algumas informações individuais. Portanto, tais informações contábeis devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais da companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, que contemplam o conjunto completo de notas explicativas. As informações contábeis intermediárias foram preparadas e estão apresentadas de acordo com os *International Financial Reporting Standards (IFRS)* emitidos pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e também em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que foram aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Empresa.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico e apresentadas em milhares de reais (exceto quando mencionado de outra forma).

NOTA 3 – MOEDA FUNCIONAL

Estas demonstrações financeiras intermediárias de 31 de março de 2021 estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Empresa.

NOTA 4 – USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A preparação das demonstrações financeiras intermediárias, de acordo com os pronunciamentos do CPC, exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e valores reportados aos ativos, passivos, receitas e despesas. Os valores definitivos das transações envolvendo estas estimativas somente serão conhecidos por ocasião da sua liquidação.

NOTA 5 – DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Reconhecimento de Receitas e Despesas

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência e são reportadas nas demonstrações financeiras dos períodos a que se referem. As receitas são aumentos nos benefícios econômicos durante o período contábil, originados no curso das atividades usuais da entidade, na

forma de fluxos de entrada ou aumentos nos ativos ou redução nos passivos que resultam em aumento no patrimônio líquido, e que não sejam provenientes de aportes dos participantes do patrimônio.

Esse conceito geral é aplicado para as receitas geradas pelas atividades da DATAPREV, a saber:

1) Receita de Prestação de Serviços – As receitas de prestação de serviços são reconhecidas quando o seu valor, os seus custos associados e o estágio de conclusão da transação puderem ser mensurados de forma confiável e quando for provável que os benefícios econômicos associados à transação serão realizados, de acordo com o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente.

Para o reconhecimento da receita a DATAPREV utiliza-se do modelo de cinco etapas previsto no CPC 47 para determinar quando reconhecer a receita:

- i) identificação do contrato;
- ii) identificação das obrigações de desempenho;
- iii) determinação do preço da transação;
- iv) alocação do preço da transação; e
- v) aceite do cliente e reconhecimento da receita.

As receitas de prestação de serviços são reconhecidas quando (ou à medida que) a entidade satisfaz a obrigação de desempenho ao transferir o bem ou serviço (ou seja, um ativo) prometido ao cliente. As receitas de prestação de serviços são provenientes dos segmentos de processamentos de dados, desenvolvimento de software e suporte técnico. Essas receitas são reconhecidas ao longo do tempo para clientes privados, utilizando método de produto de acordo com os dados processados. Para os clientes públicos em que a obrigação de desempenho ocorre mensalmente, as receitas são reconhecidas em momento específico conforme as características dos produtos.

2) Receitas e despesas financeiras – As receitas e despesas financeiras de instrumentos financeiros decorrentes dos ativos e passivos que rendem e pagam juros, assim como os valores referentes à atualização a valor justo, são reconhecidas no resultado do período de acordo com o regime de competência, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros, de acordo com o CPC 48 – Instrumentos Financeiros.

a) Caixa e Equivalentes de Caixa – Caixa e equivalentes de caixa estão representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações em fundo de curto prazo, aplicações em operações compromissadas, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

b) Instrumentos Financeiros – Os instrumentos financeiros são classificados em função do modelo de negócios e as características contratuais dos fluxos de caixas dos instrumentos de acordo com o CPC 48 – Instrumentos Financeiros. São mensurados inicialmente ao valor justo acrescido do custo da transação, exceto nos casos em que os ativos e passivos financeiros são registrados ao valor justo por meio do resultado. Os ativos e passivos financeiros podem ser classificados em uma das categorias:

- i) instrumento financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado;
- ii) instrumento financeiro mensurado ao custo amortizado; ou
- iii) instrumento financeiro mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Os principais instrumentos financeiros da DATAPREV são fundos extramercado que são investimentos de curto prazo, geralmente classificados como caixa e equivalentes de caixa, uma vez que podem ser resgatados para fins de fluxo de caixa.

A tabela abaixo apresenta as categorias de mensuração para instrumentos financeiros de acordo com o CPC 48 – Instrumentos Financeiros (IFRS 09):

Ativo/Passivo Financeiro	Nota	Categoria de acordo com CPC 48 (IFRS 09)	Valor Contábil CPC 48 (IFRS 09)	
			31/03/2021	31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa	06	Valor justo por meio do resultado	1.097.868	1.071.390
Contas a Receber de Clientes	07	Custo amortizado	693.984	607.286
Fornecedores	16	Custo amortizado	98.182	104.817
Financiamentos		Valor justo por meio do resultado	-	554

NOTA 6 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros realizáveis de forma imediata. Estão sujeitos a risco insignificante de alteração no valor justo, sendo utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. Os saldos são apresentados como segue:

	31/03/2021	31/12/2020
DISPONÍVEL	1.097.868	1.071.390
Caixa e Bancos	61	314
Aplicações Financeiras	1.071.421	1.044.897
Títulos em Trânsito	301	37
Bloqueios Judiciais	26.085	26.142

6.1) Aplicações Financeiras

Em conformidade com a legislação vigente (Resolução BACEN nº 3.284 de 25 de maio de 05/2005 e Resolução BACEN nº 4.034 de 30 de novembro de 2011), as aplicações das disponibilidades resultantes das receitas próprias da DATAPREV são efetuadas no Banco do Brasil S.A. (BB - Extra Mercado) e na Caixa Econômica Federal (Caixa FI - Extra Mercado).

Detalhamento:

Banco	Saldo Inicial	Saldo Final**	Bloqueio	Juros	IR	IOF	Rendimentos*
CEF	108.030	108.173		116	-	-	0,11%
BB	936.867	963.248	14.089	757	196	-	0,08%

*Rendimento Bruto Acumulado até a data

**Os saldos refletem a movimentação do período (aplicações, resgates e bloqueios judiciais)

6.2) Bloqueios Judiciais

Referem-se aos registros de bloqueios judiciais em conta corrente e de investimentos da DATAPREV provenientes de processos de natureza cível e trabalhista.

NOTA 7 – CLIENTES

Os saldos das contas a receber registrados no ativo são apresentados como segue:

7.1) Valores a Receber – Circulante

Descrição	31/03/2021	31/12/2020
Instituto Nacional do Seguro Social – INSS	155.429	98.504
Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRFB	11.056	11.361
Ministério da Economia – ME	34.523	19.697
Secretaria Especial de Previdência e Trabalho – SEPRT	2.422	2.422
Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN	3.251	3.251
Superintendência Nacional Prev. Complementar – PREVIC	173	173
Ministério do Planejamento e Gestão - MPOG	-	-
Instituições Financeiras	65.019	62.855
Encargos sobre faturas em atraso	1.734	1.234
Outros	6.384	877
	<u>279.991</u>	<u>200.374</u>

7.2) Valores a Receber – Não Circulante

Descrição	31/03/2021	31/12/2020
Instituto Nacional do Seguro Social – INSS	23.282	23.282
Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRFB	12.668	12.668
Ministério da Economia – ME	2.408	2.408
Secretaria Especial de Previdência e Trabalho – SEPRT	31.106	31.106
Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN	2.700	2.814
Ministério do Planejamento e Gestão – MPOG	31	31
Encargos sobre Faturas em Atraso	309.417	302.856
Outros	812	812
Outras Contas a Receber INSS	31.569	30.935
Contas a Receber Bruto	<u>413.993</u>	<u>406.912</u>
PECLD	(64.302)	(64.302)
	<u>349.691</u>	<u>342.610</u>

7.3) Idade do Saldo de Contas a Receber

Resumo do Contas a Receber em 31 de março de 2021 por data de vencimento da fatura:

Descrição	Vencido há mais de 365 dias	Vencido de 91 a 365 dias	Vencido até 90 dias	A vencer	Total em 31/03/2021
INSS	23.508	17.884	-	137.319	178.711
SRFB	12.668	-	-	11.056	23.724
ME	2.408	2.199	12.222	20.102	36.931
SEPR	31.106	2.422	-	-	33.528
PGFN	2.700	-	-	3.251	5.951
PREVIC	-	-	-	173	173
MPOG	31	-	-	-	31
Instituições Financeiras	-	-	10.038	54.980	65.018
Encargos *	310.080	868	203	-	311.151
Outros	813	88	1.099	5.197	7.197
PECLD	(64.302)	-	-	-	(64.302)
Outras Contas a Receber INSS	31.569	-	-	-	31.569
	350.581	23.461	23.562	232.078	629.682

7.4) Principais Contratos

As contratações da Administração Pública se fundamentam nos requisitos preconizados nas Leis nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e 10.520, de 17 de julho de 2002, estas regulamentadas pelo Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005. No tocante aos contratos da DATAPREV, em grande maioria, têm vigências anuais com possibilidade de prorrogação por iguais e sucessivos períodos, limitados a 60 meses, por definição dos seus clientes. Não é vedado o estabelecimento de prazos superiores a 12 meses, mas há limitação até 60 meses, à conveniência e oportunidade da Administração Pública. Em 31 de março de 2021 a DATAPREV tinha os seguintes contratos em vigor:

1. Contratos de Prestação de Serviços Estratégicos, Comuns e Exclusivos de Solução de Tecnologia (TI) sob o nº 19/2020 e 20/2020, assinados em 20 de novembro de 2020 com o **Instituto Nacional do Seguro Social – INSS**, com vigência até 20 de novembro de 2021.
2. Contrato de Serviços Especializados de Tecnologia da Informação (TI) sob nº 002/2018, assinado em 23 de janeiro de 2018 com a **Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB**, prorrogado por meio do 8º Termo Aditivo com vigência até 12 de dezembro de 2021.
3. Contrato de Serviços Especializados de Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) sob o nº 006/2018, assinado em 15 de março de 2018 com o **Ministério do Trabalho – MTB**, alterado para o cliente Ministério da Economia por meio do 3º Termo aditivo, e prorrogado por meio do 4º Termo Aditivo com vigência até 14 de setembro de 2021.
4. Contrato de Prestação Contínua e Ininterrupta dos Serviços de Produção de Sistemas, Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas e Diagnósticos e Proposição de Soluções nº 09/2016, assinado em 01 de outubro de 2016 com a **Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN**, prorrogado por meio do 11º Termo Aditivo com vigência até 30 de abril de 2021.

5. Contrato de Prestação de Serviços de Tecnologia e Informações nº 018/2018, assinado em 24 de dezembro de 2018 com a **Secretaria Especial de Previdência e Trabalho - SEPRT**, prorrogado por meio do 2º Termo Aditivo com vigência até 23 de abril de 2021.
6. Contrato de Prestação de Serviços de Sustentação de Sistemas Corporativos sob o nº 06/2018 com a **Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC**, assinado em 11 de junho de 2018, prorrogado por meio do 2º Termo Aditivo com vigência até 10 de junho de 2021.
7. Convênios com Instituições Financeiras (diversas) que têm por objeto a operacionalização de empréstimos consignados.

7.5) Encargos sobre Faturas Recebidas com Atraso

A DATAPREV registra na rubrica Contas a Receber os encargos incidentes sobre faturas vencidas e sobre faturas recebidas com atraso do valor principal sem pagamento tempestivo dos juros acessórios. Estes registros são efetuados por força contratual aderente ao artigo 177 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e com base no Acórdão nº 44/2003 proferido pela 2ª Câmara do Tribunal de Contas da União em sessão realizada no dia 06 de fevereiro de 2003. Embora haja encargos incidentes sobre faturas vencidas, em sua maioria de longa data, a DATAPREV tem mantido a cobrança ativa por meios administrativos e adicionalmente providencia se necessário, o encaminhamento à Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal (CCAF) para buscar o recebimento dos seus créditos junto aos seus devedores.

Simultaneamente foram instituídos grupos de trabalho com a DATAPREV e os maiores devedores, que estão discutindo soluções para a realização desses créditos. Pelas ações apresentadas são considerados como recebíveis.

Em 31 de março de 2021 o valor dos encargos sobre faturas recebidas com atraso montava em R\$ 311.151, sendo R\$ 1.734 no ativo circulante e R\$ 309.417 no ativo não circulante. Em dezembro de 2020 os encargos sobre faturas recebidas com atraso somavam R\$ 304.090 como segue:

Descrição	31/03/2021	31/12/2020
Instituto Nacional do Seguro Social – INSS	221.897	216.657
Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRFB	13.405	13.073
Ministério da Economia – ME	2.585	2.493
Secretaria Especial de Previdência e Trabalho – SEPRT	68.676	67.424
Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN	3.193	3.127
Superintendência Nacional Prev. Complementar – PREVIC	740	724
Ministério do Planejamento e Gestão – MPOG	639	576
Presidência da República – PR	16	16
	<u>311.151</u>	<u>304.090</u>

NOTA 8 – TRIBUTOS A RECUPERAR

Este grupo registra os valores recolhidos ou antecipados a qualquer título, passíveis de ressarcimento ou compensação futura. O imposto de renda (IR) e a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) antecipados correspondem principalmente aos valores recolhidos quando das apurações tributárias mensais, em conformidade com o artigo 2º da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, das antecipações de aplicações financeiras e das retenções na fonte referentes a serviços prestados a órgãos públicos. Os saldos de impostos e contribuições a recuperar são apresentados como segue:

Descrição	31/03/2021	31/12/2020
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IR	12.148	12.090
Contribuição Social – CSLL	3.637	3.620
ISS	-	-
PASEP a recuperar	2.025	1.932
COFINS a recuperar	9.535	9.107
Outros	1.398	1.396
	<u>28.743</u>	<u>28.145</u>

O imposto de renda (IR) e a contribuição social (CSLL) são relativos ao período findo em 31 de março de 2021; os demais tributos são oriundos de pedidos de restituição e de créditos diferidos no exercício 2020 e de exercícios anteriores. A Empresa tem expectativa de realização desses créditos no decorrer do exercício 2021.

NOTA 9 – VALORES RECUPERÁVEIS

Estes registros representam os direitos obtidos pela Empresa de verbas salariais de empregados cedidos a outros órgãos da Administração Pública.

NOTA 10 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES

Os saldos do imposto de renda e da contribuição social correntes estão apresentados a seguir:

	2021	2020
Resultado antes da Contribuição Social	132.630	74.097
Encargo Total da CSLL (9%)	(11.937)	(6.669)
Efeito no cálculo dos tributos:		
Receitas não tributáveis	12.356	8.040
Despesas não dedutíveis	(7.484)	(5.693)
Contribuição Social	(7.065)	(4.322)
CSLL s/Ativos e Passivos Fiscais Diferidos	(4.927)	(1.955)
	2021	2020
Resultado antes do Imposto de Renda	132.630	74.097
Encargo Total do IR (25%)	(33.157)	(18.524)
Efeito no cálculo dos tributos:		
Receitas não tributáveis	34.322	22.334
Despesas não dedutíveis	(20.806)	(15.827)
Benefícios Fiscais	527	369
Imposto de Renda	(19.114)	(11.648)
IRPJ s/Ativos e Passivos Fiscais Diferidos	(13.686)	(5.432)

NOTA 11 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS – ATIVOS

A contabilização do imposto de renda (IR) e da contribuição social (CSLL) diferidos ativos foi efetuada considerando as consequências fiscais atuais e futuras, incluindo o reconhecimento de ativo fiscal diferido, decorrentes de diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis no futuro e cujos efeitos financeiros ocorrerão no momento da realização destes ativos.

Em 31 de março de 2021, a Empresa possuía créditos tributários de imposto de renda (IR) diferidos como segue:

Base de cálculo do imposto de renda (IR) diferido	31/03/2021	31/12/2020
Déficit técnico contratado	12.505	14.763
Provisão para contingências	140.016	147.422
Provisão para honorários de êxito	1.747	1.747
Provisão para perdas (ativo circulante)	191	191
Provisão para perdas estimadas PECLD	64.302	64.302
Provisão de despesas estimadas	7.311	6.658
Base de cálculo	226.072	235.083
Total do imposto de renda diferido	56.512	58.747

A contribuição social (CSLL) diferida, em 31 de março de 2021, está apresentada a seguir:

Base de cálculo da contribuição social (CSLL) diferida	31/03/2021	31/12/2020
Déficit técnico contratado	12.505	14.763
Provisão para contingências	140.016	147.422
Provisão para honorários de êxito	1.747	1.747
Provisão para perdas (ativo circulante)	191	191
Provisão para perdas estimadas PECLD	64.302	64.302
Provisão de despesas estimadas	7.311	6.658
Base de cálculo	226.072	235.083
Total da contribuição social diferida	20.347	21.157

NOTA 12 – ADOÇÃO DO DIFERIMENTO DE RECEITAS SOBRE SERVIÇOS PRESTADOS A ÓRGÃOS PÚBLICOS E IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DIFERIDOS – PASSIVOS

A DATAPREV, no ano de 2015, adotou procedimento para diferimento dos tributos referentes aos serviços prestados, computando-os no mês de recebimento das faturas emitidas a órgãos públicos de acordo com o art. 480 do Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018, e para COFINS, PASEP e CPRB conforme Lei Federal nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, e Instruções Normativas da SRF nº 1911, de 11 de outubro de 2019 e nº 1.436, de 30 de novembro de 2013.

Por se tratar de exclusão temporária da base de cálculo desses tributos e considerando que os efeitos financeiros desses passivos ocorrerão no momento dos recebimentos das faturas referentes a serviços prestados a órgãos públicos e o procedimento de lançamento das faturas geradas, objeto do diferimento, a DATAPREV constituiu provisão para impostos e contribuições diferidos, registrados no passivo não circulante, conforme abaixo:

Descrição	31/03/2021	31/12/2020
Imposto de Renda Diferido	37.277	25.826
Contribuição Social Diferida	13.422	9.306
COFINS não cumulativa diferida	14.952	9.113
PASEP não cumulativo diferido	3.333	2.065
Contribuição previdenciária sobre receita bruta diferida	10.496	7.039
	79.480	53.349

NOTA 13 – DEPÓSITOS JUDICIAIS

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com natureza das correspondentes causas:

Ativo não circulante	31/03/2021	31/12/2020
Trabalhistas	10.474	10.261
Fiscais	4.203	6.177
	14.677	16.438

Os depósitos judiciais de causas trabalhistas são registrados conforme determinação da Consultoria Jurídica da DATAPREV - CJUR em processos judiciais, que podem ser revertidos em favor do reclamante ou devolvidos para a DATAPREV no caso de decisão desfavorável de mérito do pedido do reclamante. Em relação aos depósitos judiciais de natureza fiscal os valores podem ser revertidos para a DATAPREV em caso de sucesso da defesa apresentada.

NOTA 14 – IMOBILIZADO

O valor dos ativos imobilizados, em base histórica, de acordo com o CPC 27 – Ativo Imobilizado (IAS 16), está composto da seguinte forma:

Descrição	Taxa anual de Depreciação	31/03/2021	31/12/2020
Terrenos	-	30	30
Edifícios	4%	58.669	58.669
Instalações	10%	286.818	286.723
Benfeitorias em propriedades de terceiros	20%	15.506	15.513
Benfeitorias em propriedades de acionistas	4%	54.060	54.060
Obras em andamento	-	9.903	9.903
Móveis e equipamentos diversos	10%	16.659	16.421
Equip. de microfilmagem	10%	5	5
Equip. tecnologia, informação e comunicação	20%	456.797	455.282
Imobilização em andamento	-	30.973	31.674
Total do custo corrigido		929.418	928.279
Depreciações acumuladas		(665.677)	(651.178)
Total do imobilizado líquido		263.742	277.101

As aquisições montaram em R\$ 1.015 no período findo em 31 de março de 2021 e R\$ 38.004 no exercício de 2020, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Resumo das Aquisições do Imobilizado	31/03/2021	31/12/2020
Modernização tecnológica	783	33.850
Reforma de instalações	-	4.035
Aquisição de móveis e equipamentos diversos	232	119
	1.015	38.004

Segue a movimentação do imobilizado líquido no período:

Descrição	Saldo inicial em 31/12/2020	Aquisições	Depreciação	Baixas e Transferências	Saldo Final em 31/03/2021
Terrenos	30	-	-	-	30
Edifícios	28.441	-	(512)	-	27.929
Instalações	112.499	-	(5.636)	95	106.958
Benfeitorias em propriedade de terceiros	119	-	(10)	(31)	78
Benfeitorias em propriedade de acionistas	41.538	-	(541)	-	40.997
Obras em andamento	9.903	-	-	-	9.903
Móveis e equipamentos diversos	3.857	232	(256)	5	3.838
Equipamento técnico de info. e comunicação	49.040	783	(7.518)	731	43.036
Imobilizado em andamento	31.674	-	-	(701)	30.973
Total do Imobilizado	277.101	1.015	(14.473)	99	263.742

O total de depreciações do imobilizado R\$ 14.473 e amortizações do intangível (Nota 15) R\$ 9.043 somam R\$ 23.516 em 31 de março de 2021.

A depreciação do Imobilizado é calculada pelo método linear, mediante aplicação de taxas que levam em conta o tempo da vida útil dos ativos. Os critérios de reconhecimento das quotas de depreciação do imobilizado estão de acordo com o estabelecido pela Receita Federal do Brasil – RFB no art. 320 do Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018.

NOTA 15 – INTANGÍVEL

O intangível, conforme CPC 04 – Intangível (IAS 38), está composto da seguinte forma:

Descrição	Taxa anual de Amortização	31/03/2021	31/12/2020
Software	20%	470.517	470.479
Total do custo		470.517	470.479
Amortizações acumuladas		(376.766)	(367.723)
Total do intangível líquido		93.751	102.756

Os ativos intangíveis com vida útil definida representada por direitos de utilização de *software* são amortizados a taxa de 20% ao ano com base na vida útil estimada ou prazos de licenças. A Empresa não tem ativos intangíveis de vida útil indefinida.

Os investimentos realizados no intangível no período findo em 31 de março de 2021 montaram em R\$ 38 e R\$ 21.776 no exercício de 2020.

Segue movimentação do intangível realizada no exercício:

Descrição	Saldo inicial em 31/12/2020	Aquisições	Amortização	Baixas e Transferências	Saldo final em 31/03/2021
Software	102.756	38	(9.043)	-	93.751
Total do Intangível	102.756	38	(9.043)	-	93.751

A amortização do intangível é calculada pelo método linear, mediante aplicação de taxas que levam em conta o tempo da vida útil dos ativos. Os critérios de reconhecimento das quotas de amortização do intangível estão de acordo com o estabelecido pela Receita Federal do Brasil – RFB no art. 333 do Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018.

NOTA 16 – FORNECEDORES

A DATAPREV não apresenta registros de títulos protestados, nem reclamações de fornecedores por falta de pagamentos. Os saldos desta rubrica são conciliados com o setor de Contas a Pagar.

NOTA 17 – PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A DATAPREV, conforme CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (IAS 37), adota o procedimento de classificar as causas contra a Empresa em função do risco de perda e da ocorrência de obrigação presente em função de evento passado da seguinte forma:

- Para as causas cujo desfecho negativo para a Empresa seja considerado como provável, são constituídas provisões e suas informações correspondentes são divulgadas em notas explicativas, quando relevantes;
- Para as causas cujo desfecho negativo para a Empresa seja considerado como possível, não é realizada provisão e suas informações correspondentes são divulgadas em notas explicativas, quando relevantes; e
- Para as causas cujo desfecho negativo para a Empresa seja considerado como remoto, não é realizada provisão e somente são divulgadas em notas explicativas as informações relevantes, que, a critério da administração, sejam julgadas de relevância para o pleno entendimento das demonstrações financeiras.

17.1) Provisão para Contingências Trabalhistas

A provisão para contingências trabalhistas foi constituída em valor considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas, quanto à probabilidade de êxito nas diversas demandas judiciais. Os montantes provisionados para contingências trabalhistas, onde há obrigação presente que provavelmente requer uma saída de recursos e estão apresentados como segue:

Descrição	31/03/2021	31/12/2020
Passivo Circulante	115.760	120.792
	115.760	120.792

Composição do saldo em 31/03/2021:

Provisões Litígios Trabalhistas - Circulante					
Saldo Anterior	Reversões	Pagamentos	Transferências Não Circulante	Provisões Correntes	Saldo Atual
120.792	(1.519)	(4.868)	-	1.355	115.760

Nos processos trabalhistas discutem-se principalmente a incorporação do adicional de atividade, reintegração, verbas rescisórias, horas-extras, promoção por antiguidade, indenização por suposto dano moral, admissão no concurso público, reajuste da GEAP (plano de saúde), conforme principais processos descritos abaixo cujos riscos foram classificados como de perda provável:

- Sindicato de Processamento de Dados do Rio de Janeiro- Pasta S-324

A controvérsia principal do processo nº 0009100-52.2004.5.01.0012, cujo valor envolvido em 31 de março de 2021 é de R\$ 38.969, reside no questionamento quanto às promoções por mérito e antiguidade concedidas a partir de 2003, em virtude do Plano de Cargos e Salários de 2000. O processo encontra-se em fase de execução, pendente de manifestação das partes, após mais de 11 meses em carga com o perito do juízo.

- Ex-empregado- Pasta C-427

A controvérsia principal do processo nº 0000028-47.2013.5.01.0005, cujo valor envolvido em 31 de março de 2021 é de R\$ 4.594, reside no questionamento quanto a sua dispensa em 2012, onde pleiteia a nulidade do ato demissional, sua reintegração e diferenças de verbas resilitórias.

O processo encontra-se em fase de execução provisória. Observa-se que o processo está suspenso, aguardando o julgamento pelo STF decidir sobre a possibilidade ou não de dispensa imotivada de empregado de empresa pública e sociedade de economia mista admitido por concurso público.

- Ação coletiva - diversos empregados- Pasta A-552

A controvérsia principal do processo nº 0000532-87.2012.5.01.0005, cujo valor envolvido em 31 de março de 2021 é de R\$ 3.680, reside no questionamento da dispensa ocorrida em 27 de setembro de 2011 de 5 anistiados. Pleiteiam sua readmissão e danos morais. A ação foi julgada procedente, contudo, pendente o julgamento do Agravo Interno interposto pela DATAPREV.

A DATAPREV é parte em outros processos cujos riscos foram classificados como de perda possível pela sua Consultoria Jurídica e nenhuma provisão foi constituída para tais processos. Os valores de estimativas atribuídos àqueles processos trabalhistas em 31 de março de 2021 perfazem o total de R\$ 208.848, conforme principais processos descritos abaixo:

- GEAP Autogestão em Saúde- Pasta G-263

A controvérsia principal do processo nº 1018837-42.2019.4.01.3400, cujo valor envolvido em 31 de março de 2021 é de R\$ 68.953, reside na alegação da GEAP de que a DATAPREV deixou de aplicar os reajustes estipulados nas tabelas de custeio aprovadas pelo Conselho de Administração, o que gerou um desequilíbrio econômico nos planos de saúde por ela administrados e disponibilizados aos empregados da DATAPREV. O processo encontra-se pendente de réplica, não havendo sentença, por ora.

- Sindicato de Processamento de Dados do Rio de Janeiro- Pasta S-561

A controvérsia principal do processo nº 0001667-34.2012.5.01.000, cujo valor envolvido em 31 de março de 2021 é de R\$ 8.766, reside no questionamento quanto as progressões salariais por antiguidade, a partir do Plano de Cargos e Salários de 2008. O processo encontra-se em fase de perícia, não havendo decisão de mérito até a presente data.

- Sindicato de Processamento de Dados do Rio de Janeiro- Pasta S-773

A controvérsia principal do processo nº 0100891-75.2019.5.01.0045, cujo valor envolvido em 31 de março de 2021 é de R\$ 3.599, reside no questionamento do Sindicato autor, que pleiteia a suspensão dos efeitos do 4º Termo Aditivo ao Convênio de Adesão nº 001/2015, firmado entre DATAPREV e Geap, que ensejou o reajuste de 62,5% no custeio dos empregados do plano de saúde disponibilizado pela DATAPREV. O processo está pendente de julgamento.

17.2) Provisão para Contingências Fiscais e Cíveis

A DATAPREV atualizou, em 31 de março de 2021, o valor provisionado para contingências fiscais e cíveis, passando este para R\$ 24.256 (2020 = R\$ 26.630), julgado suficiente para cobrir prováveis perdas decorrentes de autos de infração e litígios cíveis, que estão sendo discutidos em esferas administrativas e judiciais, junto a diversos órgãos, consubstanciada na opinião da CJUR - Consultoria Jurídica da DATAPREV e estão apresentados como segue:

Descrição	31/03/2021	31/12/2020
Contingências Fiscais	1.390	4.038
Contingências Cíveis	22.866	22.592
	<u>24.256</u>	<u>26.630</u>

Nos processos cíveis discutem-se principalmente indenizações por suposto dano moral e material, licitações, reajuste da GEAP (plano de saúde), admissão no concurso público, conforme principais processos descritos abaixo cujos riscos foram classificados como de perda provável:

- Empresa Sistemas Abertos S/A- Pasta S-249

A controvérsia principal do processo nº 0001569-67.2000.4.02.5101, cujo valor envolvido em 31 de março de 2021 é de R\$ 22.692, reside no questionamento quanto ao pagamento total dos serviços de manutenção e suporte técnico realizados de abril a dezembro de 1999, decorrentes do contrato de licença de uso de *software* firmado entre as partes, em razão do inadimplemento parcial na prestação do serviço. A Consultoria Jurídica aguarda intimação da justiça para impugnação do valor calculado.

A DATAPREV é parte em outros processos cujos riscos foram classificados como de perda possível, baseada na opinião de sua Consultoria Jurídica, nenhuma provisão foi constituída para tais processos. Os valores de estimativas atribuídos àqueles processos cíveis em 31 de março de 2021 perfazem o total de R\$ 33.884, conforme principais processos descritos abaixo:

- Empresa Banco Pan S/A - Pasta B-057

A controvérsia principal do processo nº 10394-90.2017.4.01.3400 cujo valor envolvido em 31 de março de 2021 é de R\$ 16.435, reside no pedido de pagamento de indenização por não ter participado do sistema de empréstimo consignado.

- Empresa Banco Bonsucesso - Pasta B-068

A controvérsia principal do processo nº 1004286-57.2019.4.01.3400 cujo valor envolvido em 31 de março de 2021 é de R\$ 9.458, reside no pedido de pagamento de indenização por não ter participado do sistema de empréstimo consignado.

NOTA 18 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Líquido está composto da seguinte forma:

18.1) Capital Social

O capital social, subscrito e integralizado em 31 de março de 2021, é de R\$ 950.000, sendo 51% pertencentes à União Federal e 49% ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

ACIONISTAS	TOTAL DE AÇÕES	PARTICIPAÇÃO	AÇÕES NOMINAIS
UNIÃO	950.000.000	51%	484.500.000
INSS		49%	465.500.000
TOTAL	950.000.000	100%	950.000.000

18.2) Saldos do Patrimônio Líquido

Os saldos do Patrimônio Líquido podem ser apresentados como se segue:

Patrimônio Líquido	31/03/2021	31/12/2020
Capital Social	950.000	950.000
Reservas de Lucros	478.647	478.647
Resultado do Exercício	87.839	0
	<u>1.516.485</u>	<u>1.428.647</u>

A Reserva Legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício, até o limite de 20% do capital social, conforme artigo 193 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e inciso I, do artigo 70, do Estatuto Social. A companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182, exceder 30% (trinta por cento) do capital social, conforme artigo §1º do art. 193 da lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976. O saldo da reserva em 31 de março de 2021 montou em R\$ 97.349.

A Reserva de Retenção de Lucros destina-se a suportar os investimentos de R\$ 144.739 em 2021, previstos no orçamento de capital aprovado no Programa de Dispêndios Globais (PDG) através do Decreto nº 10.560, de 03 de dezembro de 2020. Na proposta de destinação do resultado do exercício está prevista retenção de lucros no montante de R\$ 62.961, destinados a financiar parcialmente este programa anual de investimentos. O saldo da reserva em 31 de março de 2021 montou em R\$ 381.298.

NOTA 19 – RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

A DATAPREV como Empresa de serviços de tecnologia, tem receitas de contratos com clientes oriundas dos serviços de processamento de dados, desenvolvimento de *software* e suporte técnico, considerando principalmente as características dos serviços prestados para entes públicos e para instituições financeiras.

A determinação dos preços das transações deriva de metodologias e políticas internas para clientes públicos aos quais são aplicados indexadores oficiais aos contratos iniciais firmados em base de preço de mercado. Quanto aos clientes privados aplicam-se preços correntes praticados no mercado. As receitas de serviços prestados são reconhecidas quando o controle é transferido, o que geralmente ocorre após o aceite do serviço prestado ao cliente.

Os faturamentos são realizados para recebimentos em prazo curto, não havendo assim componentes de financiamento no preço faturado.

Descrição	31/03/2021	31/03/2020
Receita de Processamento de Dados	441.939	405.687
Receita de Desenvolvimento de Sistemas	545	1.458
Receita de Suporte Técnico	-	-
Total	442.484	407.145
Impostos incidentes	(81.350)	(74.969)
Receita Líquida	361.134	332.176

NOTA 20 – RESULTADO DO EXERCÍCIO

O resultado da DATAPREV é o conjunto da movimentação econômica das operações realizadas por meio da prestação de serviços com a execução das operações lastreadas em contratos.

No primeiro trimestre de 2021 a DATAPREV apurou lucro líquido de R\$ 87.839 (R\$ 50.740 em 2020), conforme segue:

Descrição	31/03/2021	31/03/2020
Receita Operacional Bruta	442.484	407.145
Receita Operacional Líquida	361.134	332.176
Custos dos Serviços Prestados	(191.366)	(210.446)
Lucro Bruto	169.767	121.730
Despesas Operacionais	(50.468)	(63.268)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	5.186	628
Lucro Operacional Antes do Resultado Financeiro	124.485	59.090
Resultado Financeiro	8.144	15.009
Lucro Operacional	132.630	74.099
Outros Resultados	-	(2)
Lucro Líquido Antes da Contribuição Social	132.630	74.097
Contribuição Social Corrente e Diferida	(11.992)	(6.277)
Lucro Líquido Antes do Imposto de Renda	120.638	67.820
Imposto de Renda Corrente e Diferido	(32.800)	(17.080)
Lucro Líquido do Exercício	87.839	50.740

20.1) Custos e Despesas por Natureza

Os custos e despesas do primeiro trimestres de 2021 estão apresentados como segue:

Descrição	31/03/2021	31/03/2020
Remuneração, Encargos Sociais e Benefícios	(157.169)	(184.594)
Serviços de Terceiros	(33.754)	(34.898)
Gastos c/ Viagens e Refeições	(45)	(1.111)
Depreciação e Amortização	(23.516)	(24.829)
Manutenção de Máquinas, Equipamentos	(22.932)	(24.021)
Materiais Utilizados na Prest. Serviços	(64)	(290)
Impostos, Taxas e Contribuições	(3.581)	(3.287)
Outros Gastos Operacionais	(88)	(91)
Multa sobre Tributos	(6)	(70)
PASEP s/ Outras Receitas Operacionais	(63)	(107)
COFINS s/ Outras Receitas Operacionais	(389)	(656)
Baixa de Valores Não Recebíveis	(2)	(13)
Baixa de Valores Irrecuperáveis	(2)	(445)
Provisões para Litígios Trabalhistas	(1.355)	(3.476)
Provisão para Riscos Fiscais	(33)	(29)
Provisão para Litígios Cíveis	(274)	(31)
Honorários da Diretoria	(685)	(593)
Outros Ajustes	(27)	(401)
	(243.986)	(278.942)
Na Demonstração do Resultado		
Custos dos Serviços Prestados	(191.366)	(210.446)
Despesas Operacionais	(50.468)	(63.268)
Outras Despesas Operacionais	(2.151)	(5.228)
	(243.986)	(278.942)

20.2) Resultado Financeiro

O resultado financeiro do primeiro trimestre de 2021 está apresentado como segue:

Descrição	2021	2020
Receitas Financeiras	9.717	16.399
Rendimento de Aplicações Financeiras	874	12.329
Encargos s/ Faturas recebidas com atraso	7.062	2.704
Multas Contratuais	272	86
Atualização Monetária de Tributos	103	286
Descontos Obtidos	752	837
Variações Monetárias Ativas	634	157
Outros	20	-
Despesas Financeiras	(1.573)	(1.390)
Variações Monetárias Passivas	(1.537)	(1.155)
Juros Passivos	(4)	(151)
Outros	(31)	(84)
Resultado Financeiro	8.144	15.009

A redução dos índices de atualização monetária de renda fixa em 2021 impactou na rentabilidade das aplicações financeiras da Empresa, reduzindo consideravelmente os ganhos neste trimestre. Em contrapartida, a incidência de juros moratórios cobrados de faturas vencidas de clientes cresceu em comparação ao trimestre anterior devido à utilização do IPCA como indexador de atualização monetária previsto em contrato.

20.3) Outras Receitas (Despesas) Operacionais

Descrição	31/03/2021	31/03/2020
Outras Receitas Operacionais	7.337	5.856
Reversão de Provisões	2.211	1.310
Recuperações Diversas	205	45
Crédito do PASEP NF Aquisição	790	662
Crédito da COFINS NF Aquisição	3.639	3.049
Crédito do PASEP s/ Depreciação	78	127
Crédito da COFINS s/ Depreciação	358	580
Aluguéis	57	77
Outras Receitas		5
Outras Despesas Operacionais	(2.151)	(5.228)
Provisões para Litígios Trabalhistas	(1.355)	(3.476)
Provisões para Litígios Cíveis	(274)	(31)
Provisões para Riscos Fiscais	(33)	(29)
PASEP s/ Outras Receitas Operacionais	(63)	(107)
COFINS s/ Outras Receitas Operacionais	(389)	(656)
Multas sobre Tributos	(6)	(70)
Baixa de Valores Não Recebíveis	(2)	(13)
Baixa de Valores Irrecuperáveis	(2)	(445)
Outros Ajustes	(27)	(401)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	5.186	628

Este grupo apresentou variação considerável em comparação ao 1º trimestre de 2020 em função de conjunto de fatores que dentre eles destacamos:

- Reversões de processos trabalhistas devido às revisões processuais realizadas com base na N/FI/020/00;
- Reconhecimento de novas provisões de litígios trabalhistas em razão inferior ao trimestre anterior;
- Redução da incidência de contribuições sociais sobre receitas financeiras.

20.4) Lucro Líquido

O lucro líquido foi de R\$ 87.839, superior em 73,11% quando comparado ao registrado no primeiro trimestre de 2020 (R\$ 50.740). O crescimento do lucro decorre do crescimento do faturamento em 8,68% pela queda dos custos e despesas na ordem de 11,65%, influenciado principalmente pela redução de gastos com pessoal resultante do Programa de Adequação de Quadro (PAQ) ocorrida em 2020 e da redução de gastos com viagens e de gastos estruturais derivados da implementação do teletrabalho provisório

NOTA 21 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A DATAPREV é controlada pela União que detém 51% das ações da Empresa e o outro acionista é o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS que detém 49% das ações e, com o qual realiza cerca de 33% do total de suas operações.

As transações com partes relacionadas, conforme CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas (IAS 24), são realizadas a preços e condições definidos entre as partes, que levam em consideração as condições que seriam praticadas no mercado, se realizadas entre partes não relacionadas. Abaixo encontram-se resumidas as transações comerciais e respectivos saldos patrimoniais e de resultado dos exercícios de 2021 e 2020:

Descrição	2021			2020		
	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO
Receitas por prestação de serviços			230.846			368.343
INSS			141.973			141.819
União			88.873			226.524
Contas a receber por prestação de serviços	279.048			207.715		
INSS	178.711			121.786		
União	100.337			85.929		
Encargos s/faturas em atraso	311.151			304.090		
INSS	221.897			216.657		
União	89.254			87.433		
Dividendos a pagar		189.791			188.884	
INSS		96.793			96.331	
União		92.998			92.553	
Ressarcimento gastos DELEPREV	12.705			12.450		
INSS	12.705			12.450		
Ressarcimento gerenciadores de fila Q-Matic	18.864			18.485		
INSS	18.864			18.485		
Contas a receber por convênio	225			227		
INSS	225			227		

União: Ministério da Economia, Secretaria da Receita Federal do Brasil, Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, Superintendência Nacional Previdência Complementar, Ministério do Planejamento e Gestão e Presidência da República.

21.1) Contratos de Imóveis – SERPRO e SPU

LOCAL	PORTE RELACIONADA	ÁREA OCUPADA (M2)	UTILIZAÇÃO	CONTRATO
DF	SPU	2.651	Datacenter	Comodato
		1.636	Estacionamento	
		6.407	Área Administrativa	

O resultado está afetado positivamente pelos contratos não onerosos de comodatos celebrados com partes relacionadas. Em 2020 foi encerrada grande parte dos contratos de cessão e comodato de imóveis com partes relacionadas devido ao encerramento das atividades administrativas de 20 filiais.

O espaço utilizado na unidade do SERPRO no Estado do Paraná pela DATAPREV em acordo de cooperação será encerrado após a destinação dos bens alocados para funcionamento da área administrativa da Empresa antes do encerramento das atividades naquele Estado.

O imóvel onde está instalada a matriz da Empresa é propriedade da Secretaria de Patrimônio da União - SPU e a DATAPREV pleiteou junto ao órgão a doação ou cessão de uso gratuita do imóvel em função do serviço prestado pela Empresa ser caracterizado como serviços públicos, porém o pedido foi indeferido e no intuito de tentar dar uma solução para a situação existente, levanta-se a viabilidade do

órgão patrimonial analisar a possibilidade de realização de uma inscrição de ocupação da área em benefício da DATAPREV que irá gerar pagamento anual à União em função desta ocupação.

21.2) Remuneração aos Dirigentes e Empregados

A maior e a menor remuneração pagas aos dirigentes e empregados, bem como o salário médio no mês de março de 2021 e dezembro de 2020, consoante o que determina a letra “e” do art. 1º da Resolução nº 3, de 31 de dezembro de 2010, editada pela Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União – CGPAR, foram:

	Dirigentes		Empregados	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Maior - R\$	36.517	36.306	34.771	34.587
Menor - R\$	34.477	34.125	3.124	3.097
Salário médio - R\$	35.497	34.899	7.141	7.140

Para apuração dos valores da maior e da menor remuneração dos empregados, foram computadas as vantagens e benefícios efetivamente percebidos, procedimento idêntico ao adotado em 2019. Para apuração dos valores da maior e da menor remuneração dos diretores foi considerada a opção de cada dirigente, prevista na Portaria do Ministério do Trabalho e Previdência Social - MTPS nº 245, de 21 de dezembro de 2015.

Para obtenção do salário médio dos empregados, foi utilizada a média ponderada, ou seja, levou-se em conta a quantidade de empregados posicionados em cada nível da tabela salarial.

Os órgãos colegiados do Conselho de Administração e Conselho Fiscal possuem membros que atuam na Administração Federal, que poderiam ser considerados partes relacionadas. Porém, a Empresa ressalta que não há diferença remuneratória para estes membros e os outros membros não pertencentes à Administração Federal. O Comitê de Auditoria Estatutário é composto somente por membros independentes. As remunerações totais dos membros são apresentadas, em reais, a seguir:

	2021					2020				
	DIRETORIA	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	CONSELHO FISCAL	COMITÊ DE AUDITORIA	TOTAL	DIRETORIA	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	CONSELHO FISCAL	COMITÊ DE AUDITORIA	TOTAL
Salário										
Parcela Fixa	460.434	80.703	26.901	19.215	587.254	391.061	65.439	19.247	34.644	510.392
Parcela Variável	55.726	-	-	-	55.726	42.954	-	-	-	42.954
Encargos										
13º salário	36.768	-	-	-	36.768	33.765	-	-	-	33.765
FGTS	51.550	-	-	-	51.550	42.248	-	-	-	42.248
Benefícios										
Previdência										
Complementar	23.834	2.075	692	-	26.601	26.570	924	1.848	-	29.341
Outros Benefícios	21.112	-	-	-	21.112	18.000	-	-	-	18.000
Remuneração Total	649.426	82.779	27.593	19.215	779.012	554.598	66.363	21.095	34.644	676.700
Número de										
Membros	5	6	3	3	17	4	6	3	3	16

21.3) Sociedade de Previdência Complementar da DATAPREV – PREVDATA

É considerada como parte relacionada a entidade que é um plano de previdência cujos beneficiários são os empregados da entidade que reporta a informação e do próprio plano de benefício (CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas). Desta forma, a PREVDATA, Entidade Fechada de Previdência Complementar, é considerada parte relacionada, uma vez que a DATAPREV figura como Patrocinadora Principal. Os recursos aplicados são investidos de acordo com as normas estabelecidas pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Economia, pelo Conselho Monetário Nacional, Banco Central do Brasil e conforme Estatuto, aprovado em outubro de 2002.

21.4) Transação com Entidades Governamentais – FINAME

Nesse trimestre foi encerrado o financiamento realizado no exercício de 2016 onde a DATAPREV firmou contrato de crédito FINAME (Financiamento de máquinas e equipamentos do BNDES), cujo investimento possibilitou adquirir 225 servidores de arquitetura X86. O financiamento foi adquirido à taxa pré-fixada de 9,5% ao ano, pagamento de juros trimestrais, com carência de 24 meses em relação ao principal.

21.5) Telecomunicações Brasileiras S.A. – TELEBRÁS

Em março de 2017 a DATAPREV celebrou contrato com a Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRÁS, para o fornecimento de serviços de comunicação de dados, objetivando a interligação de endereços de interesse da DATAPREV, situados em todo território nacional pelo período de 60 (sessenta) meses.

NOTA 22 – PROGRAMA DE PRIVACIDADE

O Programa de Privacidade (LGPD) criado em 2020 visava preparar a Empresa para a entrada em vigor da Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD, de 14 de agosto de 2018. Dentre seus resultados é importante mencionar a implantação e o aperfeiçoamento das políticas, normas e processos relativos à privacidade e à proteção dos dados pessoais. A Norma de Segurança de

Dados e Privacidade também buscou inserir a privacidade e proteção aos dados pessoais no desenho dos serviços e produtos da DATAPREV, além de incentivar a cultura de privacidade na Empresa.

O foco central do Programa é baseado na gestão de riscos e, para tanto, foi elaborado em conjunto com as áreas o Plano de Tratamento de Risco (PTR), que visava avaliar a conformidade dos processos e fluxos que tratam dados pessoais na Empresa monitorando assim, não apenas a conformidade legal, como também mitigando os riscos altos à privacidade.

Todo o processo de adequação ao marco legal representa um importante passo para conferir à DATAPREV a confiança necessária para a transformação digital dos serviços públicos brasileiros. A LGPD trouxe para Empresa a oportunidade de aperfeiçoamento das políticas de governança de dados.

Internamente, em que pese a área responsável pelo orçamento Empresarial, foram adotadas todas as medidas acordadas, tendo sido atingido 100% de tratamento de riscos altos à privacidade. O processo de adequação gerou oportunidades de melhorias e não trouxe grandes impactos para o dia a dia da área, exceto pela reflexão acerca da necessidade de coleta de dados pessoais em excesso em atividades do dia a dia. Também vislumbra-se um aperfeiçoamento contínuo necessário, uma vez que, quanto maior o entendimento dos conceitos que a lei abrange, maior se observa ser a missão da DATAPREV e, em decorrência, de todo seu corpo funcional.

NOTA 23 – PRESSUPOSTO DE CONTINUIDADE

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas com base no Pressuposto de Continuidade Operacional e conforme CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis (IAS1). A Administração da Empresa considerou a capacidade da DATAPREV em continuar em operação, e levando em consideração toda a informação disponível sobre o futuro. Do ponto de vista legal, a contratação com seu principal cliente é dispensada de licitação, com fulcro no inciso XVI do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1973, que trata da prestação de serviços de informática a pessoa jurídica de direito público interno, por órgãos ou entidades que integrem a Administração Pública, criados para esse fim específico. Confirmamos que não temos conhecimento de incertezas significativas relacionados com eventos ou condições que possam gerar dúvidas sobre a capacidade de a Empresa continuar em operação.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS E RELATÓRIO SOBRE REVISÃO DAS INFORMAÇÕES

Em conformidade com o artigo 25, incisos V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria Executiva da DATAPREV declara que:

-reviu, discutiu e concorda com as Demonstrações Contábeis Intermediárias da DATAPREV do período findo em 31 de março de 2021;

-reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório da **XXX** AUDITORES INDEPENDENTES, relativamente às Demonstrações Contábeis Intermediárias período findo em 31 de março de 2021.

GUSTAVO HENRIQUE RIGODANZO CANUTO

Presidente

ALAN DO NASCIMENTO SANTOS

Diretor de Relacionamento e Negócio - DRN

GILMAR SOUZA DE QUEIROZ

Diretor de Desenvolvimento e Serviço - DDS

THIAGO CARLOS DE SOUSA OLIVEIRA

Diretor de Tecnologia e Operações - DIT

BRUNO BURGOS SEVERIANO

Diretor de Administração e Pessoas - DAP

ISABEL LUIZA RAFAEL MACHADO DOS SANTOS

Diretora de Governança Corporativa e Jurídica - DGJ

IRINILSON ANTONIO DE ALMEIDA JUNIOR

Gerente de Departamento Gestão Contábil

CONTADOR CRC/RJ – 108.591/O-3